

CONTINUIDADE OU MUDANÇA? ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O GOVERNO DE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES EM 1971-1975 E 1991-1995

Carla Galvão Pereira¹

RESUMO: *Trata-se de um estudo acerca do discurso e da prática de Antônio Carlos Magalhães em dois períodos (1971-1975 e 1991-1995) em que este ator político esteve à frente do governo da Bahia. Este trabalho é resultado de um longo período de pesquisa (6 anos) sobre esse tema, durante a graduação e atualmente configura-se na pesquisa de dissertação de mestrado. Tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre o Governo de ACM em 1971-1975 e 1991-1995, com a finalidade maior de estabelecer reflexões voltadas para a discussão sobre a relação entre as práticas do grupo carlista e a política nacional em um contexto de modernização conservadora no Brasil. Esses períodos escolhidos justificam-se pela oportunidade de se contrapor à fase mais tipicamente autoritária do regime militar a um momento de forte afirmação e estabilização de um regime liberal-democrático no Brasil, ambos em momentos em que ACM esteve no poder na Bahia. Trabalharemos com a análise quantitativa das Mensagens de Governo, utilizando como técnica a análise de conteúdo e qualitativa de discursos e de declarações de ACM publicados na imprensa baiana. O estudo sobre o período de 1971-1975 nos leva a sugerir que o alinhamento às concepções desenvolvimentistas do regime militar garantiu ao governo de ACM toda uma estrutura federal que favoreceu o desenvolvimento da economia baiana. Assim, não foram criados grandes entraves à sua ação política no plano local e, dessa forma, a Bahia se inseriu no modelo de desenvolvimento industrial nacional.*

Palavras Chave: ACM; Modernização Conservadora; Análise Comparativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre dois momentos políticos em que Antônio Carlos Magalhães esteve à frente do governo do Estado. O primeiro momento refere-se ao período de 1971-1975 e o segundo, ao período de 1991-1995. O trabalho tem como finalidade maior estabelecer reflexões voltadas para a discussão sobre a relação entre as práticas do grupo carlista e a política nacional, tendo como investigação paralela deste estudo os possíveis vínculos entre a prática política de Antônio Carlos Magalhães e a do campo político liberal² brasileiro. Visa também contribuir para o entendimento de como as práticas do referido grupo político se ligaram ao um contexto de revolução passiva e modernização conservadora no Brasil

¹ Bacharel em Ciências Sociais com Concentração em Ciência Política e Mestranda em Ciências Sociais na UFBA. Bolsista do CNPq. E-mail: galvaocp@yahoo.com.br. Orientadora: Maria Victória Espiñeira.

² Liberalismo, no sentido adotado por Santos (1998), e compreende a práxis liberal como um conjunto de idéias sobre a organização social, a natureza e as funções do mercado e o papel do poder político no processo de continuidade comunitária, portanto distante do liberalismo doutrinário. “Como libera, alguém pode ser considerado altamente progressista, e também por liberal, pode-se muitas vezes ser visto como inabalável conservador. Distinga-se, então, as liberdades básicas associadas ao liberalismo – de associação, de pensamentos, palavras e de organização política – do liberalismo como conceito de organização social e econômica que iguala a maximização dos lucros individuais à maximização do bem estar geral.” (Santos: p.9,1998).

O desejo de realizar este estudo se deve a três razões centrais. A primeira surgiu a partir da minha atividade como bolsista de pesquisa no PIBIC durante dois anos no âmbito do Projeto de Pesquisa *A Política transformista: o carlismo baiano nacional como síntese de uma revolução passiva*.³ A partir dessa experiência, ficou evidenciado que estudar a relação da política carlista no plano nacional é de grande relevância para a elaboração de uma interpretação sobre a natureza do domínio carlista, capaz de considerar a hipótese de sua diferenciação em relação à dominação oligárquica de tipo tradicional e, ao mesmo tempo, sua vinculação problemática, sob vários aspectos, a uma perspectiva modernizante.

A segunda razão se explica pela relevância do tema. Neste contexto, é necessário comentar alguns aspectos que justificam a importância desta pesquisa. O primeiro refere-se à pouca quantidade de trabalhos no âmbito acadêmico, em especial na área da Ciência Política, tratando especificamente das práticas políticas do referido ator.⁴ Dessa forma, a elaboração desse trabalho se constitui em um grande desafio para a investigadora no que tange a um estudo sobre ator político que é atual, polêmico e escassamente estudado sob a perspectiva acadêmica.⁵

A terceira razão se dá pelo fato de já ter estudado o primeiro governo de ACM no trabalho monográfico do final de curso e, a partir dessa experiência, ficou claro que estudar os vínculos da política carlista com o campo político liberal é de grande importância para a elaboração de uma interpretação sobre a natureza do domínio carlista.

Os dois períodos escolhidos para o estudo justificam-se pela oportunidade de se contrapor à fase mais tipicamente autoritária do regime militar um momento de forte afirmação e estabilização de um regime liberal-democrático no Brasil, sendo que, em ambos os momentos, o grupo carlista ocupava o governo baiano através da pessoa de seu ator principal, tudo isso facilitando os procedimentos e reflexões de cunho comparativo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho será realizado dentro de uma perspectiva de análise comparativa dos dois períodos em questão a fim de propiciar uma maior caracterização do ator político frente aos campos ideológicos e os interesses atuantes no cenário político nacional.

Utilizaremos como método a política comparada que, segundo Schmitter⁶, é um esforço analítico para explorar similaridades e diferenças entre unidades políticas como base para testar hipóteses, construir teorias e inferir causalidade. Para Sartori⁷, compara-se para controlar (verificar ou falsificar) se as generalizações se mantêm através dos casos aos quais se aplicam, visa compreender os fenômenos de interesse.

Apesar de a política comparada ser mais comumente utilizada na Ciência Política em estudos ligados a questões geográficas distintas, ou seja, *a política comparada enquanto um conjunto de observações levadas a efeito pelos politicólogos em múltiplos países ou numa área geográfica global* (URBANI:1995, 963); não podemos deixar de observar a importância da utilização da política comparada para compreender conjunturas históricas distintas, como no caso dos períodos em estudo neste trabalho, tendo em vista também que essas conjunturas são

³ Projeto de Tese de Doutorado do IUPERJ, de autoria do Prof. do Departamento de Ciência Política da UFBA, Paulo Fábio Dantas Neto.

⁴ No âmbito da Ciência Política, especificamente, há um trabalho em fase de elaboração sobre a prática política carlista, (uma tese de doutorado do Professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, Paulo Fábio Dantas Neto)

⁵ Algumas abordagens sobre o tema como foco ou como elemento subsidiário, entretanto, já foram feitas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, principalmente no âmbito da comunicação e da história, fato evidenciado em trabalhos como Souza(1997), Azevedo(1997), Almeida(1999), Rubim(2001), D'Araujo(2001)

⁶ apud Santos e Coutinho:2002

⁷ apud Santos e Coutinho: 2002

marcadas por regimes políticos distintos. “*As teorias sobre sistema político constituem um instrumento de grande valia para a pesquisa comparada*”. (URBANI:1995, 965)

São utilizadas, neste trabalho, fontes primárias e secundárias. As primeiras são os documentos oficiais do governo da Bahia no período: serão utilizadas como fonte, portanto, os Arquivos Públicos onde serão investigadas as Mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa, bem como os decretos leis, programas e planos de governo.

As fontes secundárias concentram-se na pesquisa jornalística da imprensa baiana, sendo utilizados os arquivos do Jornal A TARDE e, em momentos políticos específicos, que o ator político está envolvido em episódio de grande repercussão nacional, serão utilizados também os jornais do centro-sul do país. Para Duverget, a imprensa constitui uma fonte de documentação essencial. Grande número de fatos políticos só é acessível através dela. “*Os jornais fornecem a base essencial da documentação, para o período histórico onde os arquivos não são acessíveis: mesmo para períodos anteriores, aliás, é, segundo eles, que se pode fixar melhor a trama geral dos acontecimentos.*” (DUVERGET:1981,88).

Haverá no trabalho a utilização dos discursos políticos do ator, principalmente dos discursos referentes às Mensagens de Governo encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado no início de cada ano de governo. O uso desses dados é uma tentativa de explicitar suas posições políticas em frente do poder central, em conjunturas políticas distintas, bem como na tentativa de evidenciar sua maneira de exercer o poder na Bahia.

O uso dos discursos de Antônio Carlos como um dos recursos empíricos do trabalho apoiou-se no fato de que, como governador do Estado, este ator representa uma liderança no plano local responsável por questões específicas das relações entre o poder central e o local. Além disso, como homem público, suas posições, valores e alinhamentos ideológicos podem ser identificados por seus pronunciamentos, registrados em documentos oficiais o que confere maior visibilidade às posições deste ator político. E o conteúdo expresso nestes discursos, seja ele sincero ou estratégico, tem por objetivo alcançar um fim previamente estabelecido.

Através da análise de 8 Mensagens de Governo⁸, pretendemos identificar temas que aparecem com maior frequência nos discursos de Antônio Carlos Magalhães; dessa forma, os discursos serão utilizados como um recurso empírico para compreender preferências, alianças e posições do sujeito político em questão.

A pesquisa sobre o primeiro período deste trabalho, 1971-1975, realizada no trabalho monográfico, apresentou como temas mais frequentes os discursos ligados à defesa dos Ideais da Revolução de Março, o incentivo à modernização industrial baiana, bem como a importância de um projeto de desenvolvimento nacional que eliminasse as disparidades regionais e nesse sentido o apoio à SUDENE também se constituiu em um tema importante no discurso carlista.

Será utilizada, neste trabalho, a técnica quantitativa de análise de conteúdo com o objetivo de escapar de uma leitura flutuante das mensagens utilizadas, fornecendo um sentido rigoroso ao estudo, pois, em uma abordagem quantitativa, “*o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo.*” (BARDIN:1977, 81)

A MODERNIZAÇÃO NO BRASIL

A discussão sobre a modernização tem sido muito comentada no pensamento político brasileiro. Neste aspecto, a questão que é colocada aqui é a possibilidade de entender de que

⁸ Serão analisadas 8 Mensagens de Governo. Cada ano é enviado à Assembléia um Relatório das Atividades do Governo junto com uma Mensagem do Governador. Como serão utilizados dois mandatos de ACM como governador, 1971-1975 e 1991-1995 totalizam 8 mensagens.

forma Antônio Carlos Magalhães se ligou ao processo pelo qual o Brasil se modernizou, de que maneira sua prática política se alinhou à modernização brasileira, que traços de sua práxis se identificaram com os elementos do atraso e do moderno, ou seja, qual a relação de ACM com a política nacional em meio a um contexto de modernização conservadora.

A atenção para com o caráter ambíguo do fenômeno do domínio carlista levou à opção por um referencial teórico e de interpretação do Brasil (Gramsci, Barrington Moore Jr, Carlos Nelson Coutinho, Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Fernando Henrique Cardoso) inspirador, formulador ou de algum modo relacionado a uma caracterização da modernização brasileira como uma modernização conservadora.

No Brasil, o processo de modernização capitalista é adequadamente caracterizado por um conjunto de autores, como uma revolução "pelo alto". Embora os conceitos "via-prussiana" (LÊNIN apud GRAMSCI, 1999), de "revolução passiva" (GRAMSCI, 1999) e "modernização conservadora" de Moore (1983) carreguem consigo as "especificidades" de distintas formações econômico-sociais, na medida em que foram elaborados para interpretá-las, eles conseguem traduzir um conjunto de relações históricas responsáveis pela determinação dos processos de revolução "pelo alto" ou "revolução sem revolução" que demonstraram exatamente a possibilidade da conciliação entre o "arcaico" e o "moderno". O modelo de modernização brasileira caracterizou-se como um processo que, apesar de possibilitar o alto grau de desenvolvimento econômico e a burocratização do aparelho estatal, e, com isso, uma mudança na esfera institucional brasileira, não foi acompanhada por grandes rupturas nas estruturas sociais. *"A explicação de um tipo de transformação peculiar na qual a medida que se prossegue com a modernização conservadora, há a tentativa de preservação da estrutura social inicial, com a aplicação de grandes seções dessa estrutura no edifício novo, sempre que é possível."* (MOORE: 1983, 432)

Tratando da modernização conservadora, Moore desvincula a idéia de modernização do modelo político democrático. Ele apresenta caminhos diferentes, em relação aos elementos da democracia, que também levaram ao desenvolvimento da indústria moderna. A democracia ocidental, neste sentido, é apenas um dos caminhos à indústria moderna. *"A modernização não democrática, e mesmo antidemocrática, também funciona"*. (MOORE: 1983, 161). Para ilustrar esse pressuposto, cita o fascismo na Alemanha e o comunismo na Rússia.

Ainda sob essa perspectiva, Moore parte do suposto que existem certas formas de transformação capitalista que podem ter êxito econômico, com bons lucros, mas que mantêm o trabalho escravo como forma de produzir esse excedente, ou seja, são processos de renovação que se assentaram numa conciliação entre o "arcaico" e o "moderno".

Em relação ao Brasil, de acordo com Alberto Aggio (1993), "ficou explicitado que o regime de 1964 não apenas iria manter intacto o sistema produtivo estatal, deslocando para a dimensão do mundo privado o tema do 'liberalismo puro', como, ao contrário, iria intensificar fortemente a intervenção do Estado na economia, objetivando acelerar o desenvolvimento como forma de superação do atraso econômico."

Ainda neste contexto, ao analisar o modelo político brasileiro, Fernando Henrique Cardoso (1973) caracteriza o regime por um modelo econômico associado a um Estado forte, centralizador, resultando numa dominação burocrática, sob o controle burocrático militar e assentado em bases econômicas dinâmicas. Segundo este autor, o regime "expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências" revolucionárias, "no plano econômico". (CARDOSO: 1973, 53)

Além do autoritarismo político, outros traços distintivos deste tipo de modernização são as medidas de racionalização da ordem política, com a “fabricação” de cidadãos dentro de um novo tipo de sociedade. A ausência de participação das classes subalternas no projeto de modernização da nação brasileira impediu a efetivação de um projeto nacional hegemônico, no qual a integração social dessas mesmas classes figurasse como questão central, revelando a face excludente de uma sociedade que conheceria a cidadania apenas de forma parcial e incompleta.

O papel do Estado no processo de modernização brasileira foi central e influenciou na formação de uma cultura política autoritária. Através da intervenção política estatal, o Brasil se modernizou economicamente, mas conservou um sistema político marcado pelo que Gramsci denomina de *transformismo*⁹, ou seja, pela cooptação de lideranças individuais da oposição ou de grupos sociais inteiros. A prática do transformismo no Brasil fez com que a sociedade não se auto-organizasse, e esse processo obrigou o Estado a sempre intermediar os interesses particulares que ele acabou por representar.

Segundo Werneck Vianna (1997), havia um, *"esforço agonístico de aceleração do desenvolvimento econômico", garantido através de um comportamento típico da tradição do autoritarismo brasileiro. O regime militar conseguiu realizar esta estratégia pela via do pragmatismo mantendo intacto o bloco agrário-industrial, induzindo a conversão dos latifúndios em empresas capitalistas e consagrando "o processo de criação de uma sociedade industrial de massas à americana", sem, entretanto, realizar alterações significativas na forma do Estado.*

Neste contexto, Wanderley Guilherme dos Santos analisa que, apesar da tendência à centralização e do aumento das atividades regulatórias e, portanto do pensamento político autoritário sempre estarem presente na história brasileira, é conveniente distinguir os vários tipos de autoritarismo que influenciaram diretamente as opções políticas dos tomadores de decisão no Brasil.

De acordo com Santos (1998), o *autoritarismo instrumental* é uma expressão que é importante para distinção das diversas posições autoritárias incidentes sobre a política brasileira. Ele caracteriza-se por uma atitude em favor do uso pragmático dos mecanismos institucionais autoritários como meio provisório e necessário para realização de certos objetivos, metas em geral econômicas. Distingue-se de outras posições que defendem o autoritarismo político ideologicamente, é um tipo de autoritarismo real e não ideológico. *Os autoritários instrumentais (...) crêem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes dessa sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social.(...) Afirmam que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo como um formato político transitório estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas.* (SANTOS:1998,45-46).

Tratando da democracia, Bobbio também considera os regimes autoritários mais rápidos que a democracia que se estabelece de maneira mais lenta. *"Ou seja, exatamente ao contrário do que ocorre num sistema autocrático, que está em condições de controlar a demanda por ter sufocado a autonomia da sociedade civil e é efetivamente muito mais rápido na resposta por não ter que observar os complexos procedimentos decisórios próprios de um sistema parlamentar".* (BOBBIO:1986,36)

⁹ Conceito gramsciano retirado do livro de Carlos Nelson Coutinho- Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.

Ainda tratando do conceito de autoritarismo instrumental (SANTOS,1998), a partir dessa concepção, é possível compreender práticas autoritárias tanto em regimes autoritários como na democracia, os autoritários instrumentais podem conviver com instituições liberais mesmo que haja na sociedade a manutenção de instituições atrasadas. Já Schwarz¹⁰ (1973) afirma que a permanência de algumas instituições atrasadas não pode conviver com instituições liberais; isso seria uma grande contrafação, para ele o grande paradoxo do liberalismo brasileiro seria sua convivência com instituições arcaicas como a clientelismo e o escravismo.

Na tentativa de fazer um contraponto com esta abordagem, torna-se importante analisar os estudos Nunes (1997), que apontam para a existência na sociedade brasileira do que ele denomina de gramáticas políticas. Estruturas políticas como o *clientelismo* marcado pela troca generalizada, pelo personalismo, característico de sociedades camponesas, em sociedades como a brasileira a lógica da troca generalizada é transferida para as associações, instituições políticas, partidos políticos, o personalismo impregnou e enquadrou muitas instituições.

Outras gramáticas colocadas por Nunes (1997) são o *universalismo de procedimento* que se baseia nas normas de impersonalismo, direitos iguais perante a lei, que poderia refrear e desafiar os favores pessoais, e o *insulamento burocrático* que é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência do público ou de outras organizações intermediárias, ambas muitas vezes são percebidas como formas de contrabalançar o clientelismo. No Brasil, portanto, segundo Nunes, existe a combinação de gramáticas políticas que vão do clientelismo ao insulamento burocrático, há a convivência de elementos do arcaico que continuam existindo em momentos modernizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o período de 1971-1975 nos levar a sugerir a idéia de que o alinhamento às concepções desenvolvimentistas do regime militar garantiu ao governo de Antônio Carlos Magalhães toda uma estrutura federal que favorecia o desenvolvimento da economia baiana. A partir dessa postura política, não foram criados grandes entraves à sua ação política no plano local e dessa forma a Bahia se inseriu no modelo de desenvolvimento industrial nacional.

Existe uma hipótese capaz de explicar qual a razão que fez com que Antônio Carlos aumentasse seu poder no plano local e sua influência no plano nacional no período de 1991-1995. Os estudos de Abrúcio (1998) apontam para uma modificação no arranjo federativo brasileiro devido a alterações institucionais provocadas pela Constituição de 88 que devolveu aos estados e municípios uma fatia de poder, houve uma descentralização do poder que resultou no que ele denomina de *ultrapresidencialismo estadual*, ou seja, pelo forte controle do Executivo sobre os processos do governo e sobre os órgãos de fiscalização somados à forte concentração de poder nas mãos dos Governadores.

Se tomássemos como referência o trabalho de Abrúcio (1998), a razão para o aumento do poder de Antônio Carlos estaria baseada no rearranjo federativo que fortaleceu muito o poder dos governadores no período pós-autoritário e, como no Bahia já existia um forte comando de Antônio Carlos, ele teria se intensificado neste período. Este trabalho, entretanto, tem arriscado uma outra hipótese para explicação desta questão. Estão no arranjo baiano/nacional os elementos que potencializaram o poder de Antônio Carlos Magalhães neste período.

¹⁰ Intitula seu texto "Idéias fora do Lugar", ao tratar das origens do liberalismo no Brasil, esse título remete à idéia central do texto; que as idéias do liberalismo não poderiam estar presentes em uma sociedade onde existisse ainda práticas tão atrasadas como o escravismo, o clientelismo.

Tendo como referência a postura política de Antônio Carlos Magalhães, no período de 1971-1975, existem duas maneiras de compreender o aumento do poder deste ator político. Uma que se refere ao acúmulo de poder de 1971-1975, portanto a uma continuidade de sua prática nos moldes daquele período; e outra que se justificaria pela mudança de sua postura política no período de 1991-1995 em relação ao primeiro governo, principalmente em relação a sua aproximação às práticas políticas de campo liberal no período de 1991-1995.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo, Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.

AGGIO, Alberto. *Regime Militar e Transição Democrática: um balanço do caso brasileiro*. Franca-SP Editora Unesp, 1993.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo* Edições 70, Lisboa, 1977.

BECKER, Howards.S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. Ed. São Paulo. Hucitec, 1994.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia - uma defesa das regras do jogo*. 6. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, v.63).

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo. Difel, 1973.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* - Rio de Janeiro. Campus, 1992.

_____. *A democracia como valor universal*, In: C.N. Coutinho, *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro. Salamandra, 1984.

DUVERGET, Maurice. *Ciência política-Teoria e Método*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

MOORE JR., Barrington. *As bases sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na gestação do mundo moderno* – Lisboa: Cosmos; São Paulo. Martins Fontes, 1983.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para reforma democrática do estado* – São Paulo. Paz e Terra, 1998.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* – Rio de Janeiro. Zahar, 1997.

SANTOS, Maria Helena de Castro e COUTINHO, Marcelo J.V. *Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil*. In: BIB, São Paulo, nº 54,2º. semestre de 2002, pp.5-42.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A práxis liberal no Brasil* In: Décadas de espanto a uma apologia democrática – Rio de Janeiro. Rocco, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: ESTUDOS CEBRAP - São Paulo: n.3, Jun/1973.

URBANI, Giuliano. In: N. Bobbio e N. Matteucci. *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília-DF, EDUNB, 1995

VIANNA, Luiz Werneck. *O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci*. in: Vianna, L.W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* – Rio de Janeiro. Revan, 1997.

_____. *Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira*. In Werneck Vianna, *A revolução passiva: iberismo e americanismo*. Brasil. Revan, 1997.

_____. *Entre um transformismo e outro: problemas da refundação republicana* in *Agenda de Políticas Públicas*, n. 05, IUPERJ, fevereiro de 1994, pp. 07-13.